

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

DISCIPLINA:
CONTABILIDADE GERENCIAL
RESUMO
A contabilidade gerencial é a área da contabilidade que tem maior responsabilidade no que tange a subsidiar a tomada de decisão, fazendo a empresa seguir rumo aos objetivos traçados pela alta cúpula organizacional. Nesse sentido, a contabilidade gerencial leva em consideração os aspectos internos da empresa, considerando, em primeira mão, as atividades operacionais, as quais são também conhecidas como atividades de valor, conceituadas de maneira mais formal com um conjunto denominado cadeia de valor.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONCEITO E FUNÇÕES DA CONTABILIDADE GERENCIAL O CONTADOR GERENCIAL O SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INFORMAÇÃO GERENCIAL CONTÁBIL INFORMAÇÃO E VANTAGEM COMPETITIVA
AULA 2 A CADEIA DE VALORES CADEIA DE VALOR E OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS AS EXPECTATIVAS DOS CLIENTES E O CONTROLE DO PROCESSO A PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS E OS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS O PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E O CONTROLE GERENCIAL
AULA 3 ORÇAMENTO EMPRESARIAL ORÇAMENTO DE VENDAS ORÇAMENTO DE CAPITAL PROJEÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS ASPECTOS COMPORTAMENTAIS DO ORÇAMENTO
AULA 4 O CONTROLE GERENCIAL NAS ORGANIZAÇÕES DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES CENTROS DE RESPONSABILIDADE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA CUSTO DE OPORTUNIDADE
AULA 5 PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA TEORIAS DE MOTIVAÇÃO FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

AULA 6

PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA

TEORIAS DE MOTIVAÇÃO

FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL

MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS

RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

BIBLIOGRAFIAS

- ATKINSON, A. A. et al. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 2000.
- FREZATTI, F. et al. Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DISCIPLINA:

ESTRATÉGIA APLICADA AO LUCRO E RENTABILIDADE

RESUMO

Considerando uma realidade adversa de grande competição, as empresas que sobrevivem ao mercado consumidor são aquelas que estabelecem metas e objetivos claros e buscam estratégias eficazes e eficientes para conquistar, manter e desenvolver clientes. Nesse aspecto, o planejamento financeiro é uma ferramenta essencial para a condução das políticas de produção e investimento da empresa, que prevê planejamentos individualizados em todas as áreas da empresa, integrados e alinhados para o atingimento do objetivo global. Para isso, as condições internas e externas de atuação devem ser estudadas. Assim como a capacidade de um atleta de alto rendimento para conquistar medalhas está atrelada ao desenvolvimento de sua estrutura muscular e orgânica, treino, estabilidade psicológica, conhecimento das provas e trajetos, medições de tempo e análise de indicadores, para uma empresa, o planejamento financeiro é uma das principais medidas a serem desenvolvidas a fim de que as estratégias voltadas ao lucro e à rentabilidade sejam utilizadas e o sucesso alcançado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

PLANEJAMENTO FINANCEIRO

OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO

MAXIMIZAÇÃO DO LUCRO

GESTÃO DE CUSTOS

ESTUDO DE CASO

AULA 2

FERRAMENTA DE INFORMAÇÃO EMPRESARIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO FINANCEIRO

ESTUDO DE CASO

AULA 3

O LUCRO

RENTABILIDADE

ALAVANCAGEM FINANCEIRA
ESTUDO DE CASO
CÁLCULOS DA RENTABILIDADE; LUCRATIVIDADE

AULA 4

VISÃO ESTRATÉGICA
IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA ESTRATÉGIA
DECISÕES ESTRATÉGICAS (LUCRO E RENTABILIDADE)
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
ESTUDO DE CASO

AULA 5

SELEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS
O PROCESSO DECISÓRIO DA GESTÃO PERANTE A INTEGRAÇÃO
MANUTENÇÃO E MELHORIA DOS PROCESSOS INTEGRADOS
AVALIAÇÃO E CONTROLE DA INTEGRAÇÃO FRENTE À GESTÃO POR PROCESSOS
ESTUDO DE CASO

AULA 6

INTERPRETAÇÃO DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS
ÍNDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAIS
ÍNDICES DE RETORNO
DIAGNÓSTICOS DO RETORNO DE INVESTIMENTO E LUCRO
ESTUDO DE CASO

BIBLIOGRAFIAS

- HOJI, M. Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- KUDLAWICZ, C. Gestão de custos hospitalar: um estudo de caso. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10, 2010, São Paulo. Anais... Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos102010/270.pdf>. Acesso: 12 jun. 2018.
- MARION, J. C. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESUMO

O orçamento empresarial procura reconhecer as condições do ambiente empresarial de negócios e descrever conceitos de metas e objetivos para as empresas. Também tem como objetivos: demonstrar os procedimentos relacionados ao orçamento como prática de gestão e orientação empresarial, aplicando procedimentos de planejamento e controle; desenvolver o pensamento crítico, raciocínio e habilidade na compreensão dos conceitos fundamentais do orçamento; reconhecer os conceitos de acordo com o instrumento de controle e apoio à decisão; aprender as boas práticas do orçamento empresarial; desenvolver a capacidade de organizar e interpretar dados e informações para a utilização do orçamento como sistema de informações para a gestão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ORÇAMENTO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
ANÁLISES SETORIAIS
A ESTRUTURA DO PLANEJAMENTO EMPRESARIAL
LIMITAÇÕES E PROBLEMAS DO ORÇAMENTO EMPRESARIAL
ANÁLISE DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS

AULA 2

ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO
PLANO LOGÍSTICO
PLANO COMERCIAL
PLANO DE RECURSOS HUMANOS
PLANO DE PRODUÇÃO E PROCESSOS

AULA 3

ORÇAMENTO DE CAPITAL
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO
ORÇAMENTO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO
ORÇAMENTO DE CAIXA

AULA 4

INDICADORES DE ROTAÇÃO DE ESTOQUE
CICLO OPERACIONAL
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO
CICLO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DE COMPRAS E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

AULA 5

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO
ANÁLISE DA LIQUIDEZ E CAPACIDADE DE PAGAMENTO
PASSIVOS DE FUNCIONAMENTO
ANÁLISE DE TENDÊNCIA
ESTRUTURA DE CAPITAIS E SOLVÊNCIA

AULA 6

PLANO DE CONTAS E PROJEÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
MODELOS DE ORÇAMENTO EMPRESARIAL
PROJEÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS
EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO EMPRESARIAL E TENDÊNCIAS
PROJEÇÃO DE RESULTADO

BIBLIOGRAFIAS

- BRAGA, R. Fundamentos e técnicas de administração financeira. São Paulo: Atlas, 1995.
- BULGACOV, S.; SOUZA, Q. R.; PROHOMANN, J. I. de P.; COSER, C.; BARANIUK, J. Administração estratégica: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2007.
- CARNEIRO, M.; MATIAS, A. B. Orçamento empresarial: teoria, práticas e novas técnicas. São Paulo: Atlas, 2011.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA
RESUMO
Nesta disciplina trataremos dos principais aspectos da legislação trabalhista e previdenciária aplicadas às rotinas do departamento de recursos humanos de pequenas e grandes empresas. Em nossos capítulos, falaremos sobre conteúdos básicos que devem ser conhecidos por qualquer profissional que atue em rotinas trabalhistas, ou seja, no departamento pessoal. Falaremos sobre contrato de trabalho, proventos, descontos, contribuições previdenciárias, FGTS, imposto de renda entre outros conteúdos essenciais para um operador de recursos humanos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 DIREITO DO TRABALHO CONTRATO DE TRABALHO E OS SEUS SUJEITOS: EMPREGADOR E EMPREGADO ESPÉCIES DE CONTRATO DE TRABALHO ROTINA DE ADMISSÃO E AS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS NOVO ESOCIAL: IMPACTOS NO PROCESSO DE ADMISSÃO E A NOVA CARTEIRA DE TRABALHO
AULA 2 DURAÇÃO DO TRABALHO: JORNADA DE TRABALHO, INTERVALOS, HORA EXTRA E EXCEÇÕES SALÁRIO VERSUS REMUNERAÇÃO: COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, HORAS EXTRAS E BANCO DE HORAS AJUDA DE CUSTO, DIÁRIAS DE VIAGENS E PRÊMIO ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE, NOTURNO, TRANSFERÊNCIA: ADICIONAIS CONVENCIONADOS DSR E TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS
AULA 3 DESCONTOS SALARIAIS ESPÉCIES DE ESTABILIDADE FÉRIAS INDIVIDUAIS FÉRIAS COLETIVAS DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO
AULA 4 AFASTAMENTOS DO EMPREGADO: AUXÍLIO-DOENÇA, ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇA OCUPACIONAL AFASTAMENTOS DO EMPREGADO: LICENÇA MATERNIDADE E PATERNIDADE AFASTAMENTO DO EMPREGADO: SERVIÇO MILITAR E REPRESENTAÇÃO SINDICAL EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO: FORMAS DE EXTINÇÃO AVISO PRÉVIO
AULA 5 RESCISÃO POR APOSENTADORIA

RESCISÃO POR FALECIMENTO DO EMPREGADO
PRAZO PARA PAGAMENTO DA RESCISÃO E HOMOLOGAÇÃO
SEGURO-DESEMPREGO
FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)

AULA 6

PREVIDÊNCIA SOCIAL
CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
ENCARGOS PATRONAIS NA FOLHA DE PAGAMENTO
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS TRABALHADORES
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Decreto n. 8.373, de 11 de dezembro de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm.
- Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm.
- _____. Emenda Constitucional n. 103, 12 de novembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm.

DISCIPLINA:

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

RESUMO

Quando nos referimos à “sistema tributário”, devemos ter em mente o conjunto de normas que regula a atividade tributante. Essas normas podem estar inseridas dentro ou fora de uma constituição. A aposição de matéria tributária no corpo da constituição é prática que remonta desde a origem do Estado de Direito em nosso país. A Constituição de 1824 dispunha, por exemplo, que todos deveriam contribuir para as despesas do Estado na proporção dos seus haveres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
NORMAS GERAIS EM DIREITO TRIBUTÁRIO
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CRÉDITO TRIBUTÁRIO

AULA 2

INTRODUÇÃO
ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS
TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS
IMUNIDADE E OS TRIBUTOS INDIRETOS
RESTITUIÇÃO DOS TRIBUTOS INDIRETOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
SIMPLES NACIONAL
LUCRO PRESUMIDO

LUCRO REAL
INCENTIVOS FISCAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO
O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
SOCIEDADE LIMITADA
SOCIEDADES ANÔNIMAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO DIREITO DO CONTRIBUINTE
PROPÓSITO NEGOCIAL
COMO FAZER PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO E EVASÃO FISCAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA
FUSÃO SOCIETÁRIA
CISÃO SOCIETÁRIA
ESTUDO DE CASO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Código Tributário Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1966.
- COSTA, R. H. Curso de Direito Tributário. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

DISCIPLINA: **DIREITO EMPRESARIAL**

RESUMO

Estudando Direito, todos temos acesso aos conceitos gerais, contudo, isso não é suficiente para compreender o Direito Empresarial e, principalmente, entender as razões de sua aplicação prática. Até porque, o Direito é muito mais do que a simples leitura e compreensão de conceitos; é fruto de um processo histórico e social, pois surgiu da sociedade e para a sociedade. Consequentemente, a cada evolução histórica e mudança de paradigma social, ele segue se adaptando e evoluindo. Dessa forma, para compreender o Direito Empresarial atual, é de suma importância entender todo o seu processo de origem e construção, para que seja possível compreender o raciocínio jurídico por trás das diversas aplicações práticas. Portanto, o objetivo desta aula é apresentar um panorama da origem do comércio e do Direito Comercial, para então adentrarmos a teoria da empresa e a construção das características atuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL
SISTEMA FRANCÊS E SISTEMA ITALIANO

DIREITO COMERCIAL NO BRASIL
CARACTERÍSTICAS DO DIREITO EMPRESARIAL

AULA 2

INTRODUÇÃO
ORDEM CONSTITUCIONAL ECONÔMICA
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EMPRESARIAIS
FUNÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE EMPRESARIAL
APLICAÇÃO PRÁTICA

AULA 3

INTRODUÇÃO
EMPRESA
EMPRESÁRIO
SOCIEDADE
APLICAÇÃO PRÁTICA

AULA 4

INTRODUÇÃO
EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL POR INCAPAZES
IMPEDIDOS DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL
DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL POR ESTRANGEIROS
APLICAÇÃO PRÁTICA

AULA 5

INTRODUÇÃO
DIMENSÃO ECONÔMICA
DIMENSÃO POLÍTICA
DIMENSÃO SOCIAL DO MERCADO
DIMENSÃO JURÍDICA

AULA 6

INTRODUÇÃO
CRISE DA VISÃO TRADICIONAL DOS CONTRATOS
FLEXIBILIZAÇÃO DA AUTONOMIA E DA LIBERDADE NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS
APLICAÇÃO DA BOA-FÉ NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
APLICAÇÃO PRÁTICA

BIBLIOGRAFIAS

- AZEVEDO, P. P. de. A lex mercatoria e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. Prima facie, ano 5, n. 9, jul./dez. 2006.
- BERTOLDI, M. M. Curso avançado de direito comercial. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- COELHO, F. U. Manual de Direito Comercial. 14. ed. São Paulo. Saraiva, 2003.

DISCIPLINA:

AUDITORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA

RESUMO

Sabemos que, nos negócios, a gestão de riscos é definida como o processo de identificação, monitoramento e gerenciamento de riscos potenciais, a fim de minimizar o impacto negativo que eles podem ter sobre uma organização. Podemos ter exemplos de riscos potenciais que incluem violações de segurança, perda de dados, ataques cibernéticos, falhas de sistema e desastres naturais. E qual é o primeiro passo? É ter um processo de gerenciamento de riscos eficaz para identificar quais riscos representam a maior ameaça para uma organização e que forneça as diretrizes para lidar com eles.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

FATORES QUE INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS RISCOS

VIESES DE FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

GOVERNANÇA CORPORATIVA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

RISCO DE CONFORMIDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO

ESTRATÉGIA DE NÍVEL FUNCIONAL

RISCOS ESTRATÉGICOS

ANÁLISE DE CENÁRIOS NO GERENCIAMENTO DE RISCOS

RISCO OPERACIONAL EM SERVIÇOS FINANCEIROS

AULA 3

INTRODUÇÃO

GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS, RISCOS E COMPLIANCE

GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

RESILIÊNCIA DE GESTÃO DE RISCO

O GESTOR DE RISCO FINANCEIRO

AULA 4

INTRODUÇÃO

GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL COM AS MELHORES PRÁTICAS

QUANTIFICANDO O RISCO OPERACIONAL

ABORDAGENS PARA APURAR O RISCO OPERACIONAL

DIRETRIZ E GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

COMPONENTES DA ESTRUTURA COSO ERM

PADRÃO ISO 31000 E A ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E RAZÕES
PELAS QUAIS ELES FALHAM

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE
RISCOS II

KEY RISK INDICATORS & KEY PERFORMANCE INDICATORS
TENDÊNCIAS ESG EM GESTÃO DE RISCOS
GERENCIAMENTO DE RISCO ORGANIZACIONAL E A ANÁLISE PREDITIVA

BIBLIOGRAFIAS

- CORNETT, M. M.; ADAIR JR, T. A.; NOFSINGER, J. Finanças. São Paulo: Grupo A, 2013.
- FRAPORTI, S.; SANTOS, J. B. D. Gerenciamento de riscos. São Paulo: Grupo A, 2018.
- GONZÁLEZ, R. S. Governança corporativa. São Paulo: Trevisan, 2012.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE TRIBUTOS NA FORMAÇÃO DE PREÇOS E CUSTOS

RESUMO

Esta disciplina vai revelar como uma gestão de custos eficiente é essencial para manter o bom funcionamento do negócio, torná-lo mais competitivo, evitar prejuízos financeiros e materiais e permitir um crescimento sustentável da organização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS
APURAÇÃO DOS CUSTOS
CUSTO DA MÃO DE OBRA
CUSTOS DOS ESTOQUES

AULA 2

INTRODUÇÃO
MÉTODO DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO
MÉTODO DE CUSTEIO PADRÃO
MÉTODO DE CUSTEIO VARIÁVEL
MÉTODO DE CUSTEIO RKW

AULA 3

INTRODUÇÃO
CUSTO-META

ANÁLISE CUSTO-VOLUME-LUCRO (CVL)
GRAU DE ALAVANCAGEM E MARGEM DE SEGURANÇA
FORMAÇÃO DE PREÇO

AULA 4

INTRODUÇÃO
ACUMULAÇÃO DE CUSTOS NAS ENCOMENDAS DE LONGA EXECUÇÃO
DEPARTAMENTALIZAÇÃO
CENTRO DE CUSTOS E RATEIO
CUSTOS DA QUALIDADE

AULA 5

INTRODUÇÃO
INDICADORES DE DESEMPENHO
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
GESTÃO E ANÁLISES FINANCEIRAS DE ORÇAMENTO GLOBAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE A VENDA E A SUA RECUPERABILIDADE
REGIMES TRIBUTÁRIOS – SIMPLES NACIONAL E LUCRO PRESUMIDO
REGIMES TRIBUTÁRIOS – LUCRO REAL
TRIBUTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

BIBLIOGRAFIAS

- CRUZ, J. A. W. Gestão de custos: perspectivas e funcionalidades. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- MARTINS, E. Contabilidade de custos. São Paulo. Atlas, 2010.
- MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. São Paulo: Pearson, 2012.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ATOS ADMINISTRATIVOS
PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO
PODERES ADMINISTRATIVOS
CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO
MODALIDADES DA LICITAÇÃO
EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS
TIPOS DE CONTRATO
CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS
EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014
CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

- BRASIL. Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4717.htm.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 13 jan. 2021.

DISCIPLINA:
PLANEJAMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS
RESUMO
Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que é preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 FUNÇÕES DO ESTADO CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 2 ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?
AULA 3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AULA 4 ART. 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS
AULA 5 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

DO PLANEJAMENTO
DA DESPESA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DA RECEITA PÚBLICA

AULA 6

INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS PÚBLICOS
SOBRE AS RECEITAS
SOBRE AS DESPESAS
SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- CALCIOLARI, R. P. Quem controla o controlador? Polêmicas advindas da aprovação da Lei 13.655/2018. Consultor Jurídico, 4 maio 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-04/ricardo-calciolari-polemicasadvindas-aprovacao-lei13655>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

RESUMO

A grande responsabilidade do governo é proporcionar bem-estar à coletividade, e para que isso possa ocorrer é necessário que seja feito um Planejamento dos programas a serem desenvolvidos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), em seu artigo 1º, informa que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, salientando a importância dos instrumentos orçamentários na área pública (Brasil, 2000). Esses instrumentos são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estão previstos na Constituição Federal (CF) de 1988, no seu artigo nº 165: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais” (Brasil, 1988). Algo importante nesse trecho da CF é que os instrumentos orçamentários são iniciados pelo poder executivo, e não legislativo, apesar de serem leis ordinárias, e sempre aprendemos que leis são elaboradas pelo Poder Legislativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
PRESTAÇÃO DE CONTAS
CONTROLE INTERNO E EXTERNO
GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO PÚBLICA
ESTRUTURA DA NOVA GESTÃO PÚBLICA (NGP)

AULA 2

INTRODUÇÃO

INFORMAÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E PARA LEVANTAMENTO DE
BALANÇOS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO (BO)
BALANÇO FINANCEIRO NO SETOR PÚBLICO (BF)
BALANÇO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO (BP)

AULA 3

INTRODUÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

NOTAS EXPLICATIVAS (NE)

CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA

ANÁLISE DE CAIXA NO SETOR PÚBLICO

ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA

ANÁLISE FINANCEIRA E DO PATRIMÔNIO NO SETOR PÚBLICO

AULA 5

INTRODUÇÃO

RECEITA E SUA FUNÇÃO NO EQUILÍBRIO FISCAL

COMPETÊNCIA E PANORAMA DAS RECEITAS NO BRASIL

COMPONENTES DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

INDICADORES DE ANÁLISE DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO

GASTOS PÚBLICOS E EFICIÊNCIA DOS GASTOS

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

NECESSIDADES DA COMUNIDADE

RESULTADO ECONÔMICO NO SETOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- APPLE, M. W. A luta pela democracia na educação: lições de realidades sociais. Tradução de Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 dez. 2016.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] União, Brasília, 23 dez. 1996.

DISCIPLINA:

AUDITORIA CONTÁBIL

RESUMO

A contabilidade e a auditoria são áreas estreitamente relacionadas, já que a base para a atuação dos auditores contábeis está nas demonstrações contábeis, que são produzidas e expressas por meio de sistemas de contabilidade, sendo preparadas pelo setor de

contabilidade e controladoria das organizações. O processo evolutivo da auditoria contábil está atrelado à evolução da contabilidade como ciência e setor auxiliar à gestão, no processo de suporte informacional e de tomada de decisões. A abordagem da área foi aprimorada, ao longo do tempo, por parte da auditoria externa, refletindo necessidades ligadas à evolução das organizações, em especial o aumento da complexidade nas transações, no comércio exterior e nas novas formas de arranjo organizacional, considerando principalmente a inovação tecnológica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ÓRGÃOS E ENTIDADES RELACIONADAS

AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE NA CONTABILIDADE

INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR EXTERNO

APLICAÇÃO DAS NORMAS DE AUDITORIAS VIGENTES NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL E DISCUSSÕES PARA A AUDITORIA

AUDITORIA CONTÁBIL E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTAS EXPLICATIVAS PARA A AUDITORIA

APLICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AULA 3

INTRODUÇÃO

AS ATIVIDADES PRELIMINARES DO TRABALHO DE AUDITORIA

OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

PAPÉIS DE TRABALHO

APLICAÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO DO AUDITOR E SUA ANÁLISE

AULA 4

INTRODUÇÃO

AS NORMAS PROFISSIONAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE

O PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REQUISITOS ÉTICOS, CETICISMO E JULGAMENTO PROFISSIONAL

PRÁTICA 4: APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À AUDITORIA INTERNA (AI)

AULA 5

INTRODUÇÃO

O PROCESSO DE AMOSTRAGEM NA AUDITORIA CONTÁBIL

A APLICAÇÃO DE TESTES EM AUDITORIA

MATERIALIDADE EM AUDITORIA

APLICAÇÃO DA AUDITORIA E O CONTROLE INTERNO

AULA 6

INTRODUÇÃO

AS MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO-COMENTÁRIO

O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXEMPLO DE EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TA 220 Estrutura Conceitual, de 20 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 nov. 2015.
- IAA BRASIL. Definição de Auditoria Interna. Disponível em: <https://iiabrasil.org.br/ippf/definicao-de-auditoria-interna>. Acesso em: 21 mar. 2022.